



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ: LEGISLATIVOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Antonio Teixeira de Barros¹
Alvaro Augusto de Borba Barreto²
Cristiane Brum Bernardes³
Helga Almeida⁴

Questões relacionadas aos parlamentos ocupam cada vez um espaço central nas pesquisas em ciência política, embora o foco sejam os parlamentos nacionais (BARROS; SILVA, 2020). No Brasil, o interesse da ciência política brasileira pelo Poder Legislativo como objeto de estudo intensificou-se com a realização da Assembleia Nacional Constituinte de 1986-87 e a promulgação da Constituição de 1988 (SANTOS, 2008). Em grande medida, tal interesse se justifica porque o Congresso Nacional teve seus poderes ampliados pelo novo texto constitucional, em relação às constituições anteriores, especialmente no que diz respeito a aspectos como formulação, avaliação e fiscalização de políticas públicas (LIMONGI, 1995).

Os estudos no âmbito dos parlamentos subnacionais, entretanto, ainda são escassos, situação explicada por fatores que se complementam. Em primeiro lugar está o fato de que as agendas de pesquisa nos cursos de pós-graduação em ciência política privilegiam as duas casas do Congresso Nacional, principalmente a Câmara dos Deputados. Em segundo lugar, ainda existem poucos programas de pós-graduação na área, concentrados especialmente nas capitais dos estados do Sudeste e do Sul (BARROS; SILVA, 2020), o que dificulta o desenvolvimento das pesquisas sobre as casas legislativas subnacionais. Para além disso, a precária estrutura de informação e transparência em muitos legislativos municipais e estaduais complica o acesso aos dados primários, especialmente de um ponto de vista comparativo.

O estímulo aos estudos sobre os parlamentos estaduais e municipais se justifica porque há uma estreita relação entre o exercício da cidadania e as instâncias de poder local. Convém salientar que o poder local é apontado na literatura como o espaço privilegiado para a participação e o controle social, por se tratar do espaço da cidade onde o cidadão reside, trabalha, estuda e constrói suas relações familiares, laborais e sociais (BAQUERO; CREMONESE, 2009).

A vivência democrática cotidiana está diretamente associada ao âmbito local, contexto

¹ Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados.

² Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

³ Doutora em Ciência Política. Professora do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados.

⁴ Doutora em Ciência Política. Professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí.

em que os cidadãos vivenciam suas experiências mais diretas e concretas com as autoridades e as instituições políticas municipais e estaduais (BARROS, 2018; LOPEZ; ALMEIDA, 2017). O poder local diz respeito aos atores diretamente responsáveis pela gestão do bairro, da cidade, do município, do estado ou do Distrito Federal. Trata-se de uma esfera de poder que lida com a agenda urbana e a definição, debate, planejamento, execução, avaliação e fiscalização das políticas públicas que afetam diretamente o cotidiano dos cidadãos (BARROS; BITTENCOURT, 2021).

Na visão de Dowbord (2017, p.21), o poder local, “como sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado”, implica, portanto, “alterações no sistema de organização da informação”, além de “reforço da capacidade administrativa, e um amplo trabalho de formação tanto na comunidade como na própria máquina administrativa”. Para o autor, a questão do poder local está evoluindo, com tendências para se tornar cada vez mais central na atualidade, envolvendo o debate sobre descentralização, desburocratização e participação local.-

O poder local é entendido também como *região de planejamento* (VAINER, 2002, p.19), no sentido de que “o local adquire a conotação de alvo socioterritorial das ações”. Tais ações são situadas, contextualizadas em um determinado espaço: a cidade. Para o autor, uma cidade ou território equivalente não é mero reflexo da sociedade, pois existem dinâmicas políticas próprias associadas à cultura local. A cidade “é, ela mesma, um universo social, econômico e político; a cidade produz riquezas, produz e reproduz relações econômicas, políticas, culturais etc”. A cidade “não é apenas uma reprodução, localizada e reduzida, da estrutura social; ela é, também, um complexo de relações sociais – relações econômicas, mas também relações de poder” (VAINER, 2002, p.26).

Nesse sentido, acreditamos que a coleção de textos deste dossiê ajuda a lançar luzes sobre a realidade dos legislativos subnacionais, espaços privilegiados de disputa e concentração das decisões que afetam o cotidiano dos cidadãos. A diversidade de temas reunidos aqui colabora não apenas para uma visão panorâmica de diferentes aspectos organizativos e da hierarquia das casas legislativas, mas também para uma compreensão do papel desses parlamentos dentro do sistema político brasileiro, de forma mais geral.

O dossiê apresenta um conjunto abrangente de 11 artigos, sendo seis sobre legislativos estaduais, quatro relacionados aos legislativos municipais e um que trata da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O texto de Cristiane Brum Bernardes tem como título “Possibilidades e obstáculos na gestão de perfis em redes sociais pelas assembleias legislativas da região sudeste do Brasil”. Por meio de entrevistas em profundidade e análise documental, o estudo avalia como os conceitos de e-transparência e e-participação são mobilizados pelas equipes que gerenciam os perfis institucionais nas redes sociais das quatro assembleias legislativas da região sudeste. A pesquisa conclui que as possibilidades de comunicação abertas pelas mídias sociais podem contribuir para

ampliação e melhoria da relação entre parlamentares e cidadãos, apesar das dificuldades relatadas pelas equipes e que servem como alerta para as boas práticas na área.

Assinado por Jackeline Saori Teixeira, o segundo artigo tem como tema “Transparência quanto à arquitetura da informação e usabilidade: caso do portal da Assembleia Legislativa do estado do Paraná”. A autora analisa o portal da instituição sob a perspectiva da arquitetura da informação e usabilidade, de modo a investigar qual o foco da transparência praticada pela instituição através do sítio virtual. A principal conclusão é que o foco da transparência online realizada pela instituição não se restringe ao constrangimento legal, mas se refere a uma concepção dos próprios agentes sobre o que ela seria.

O terceiro texto, de Rodolfo Silva Marques, Breno Rodrigo Messias Leite e André Silva de Oliveira, é intitulado “Poder legislativo estadual: assembleias legislativas do Pará e do Amazonas em um estudo comparado (1991-2020)”. A pesquisa aborda os eixos da política local e das relações entre Executivo e Legislativo nos estados do Pará e do Amazonas. A principal conclusão destaca a adequação à Constituição Federal, algum protagonismo dos parlamentos estaduais e relações de mais alinhamento com o Executivo.

A contribuição de Raimunda Eliene Sousa Silva, Maria Dolores Lima da Silva e Camila Maria Risso Sales traz como título: “Produção legislativa em saúde nos estados de Amapá, Minas Gerais e Pará (2004-2010)”. A análise da produção legal sobre saúde no período de 2004 a 2010 nos estados mencionados tem como propósito identificar a contribuição dos poderes Executivo e Legislativo estaduais para a efetivação de políticas setoriais de saúde. O estudo constata que nos estados analisados existe uma dinâmica interna entre os poderes Executivo e Legislativo que é direcionada para produção legislativa em saúde.

“Relação entre parlamentos: estudo sobre o centro de apoio às câmaras da Assembleia Legislativa de Minas Gerais” é o quinto texto do dossiê, escrito por Taíse Leal Lima e Bruno Lazzarotti Diniz Costa. O estudo tem como objetivo compreender a relação entre a ALMG e os parlamentos municipais, por meio do Centro de Apoio às Câmaras (Ceac). A pesquisa conclui que o Ceac busca contribuir para o aprimoramento das atividades legislativas municipais e se constitui como interface de entrada de informação dos parlamentos locais.

A sexta contribuição é de Thiago Rodrigues Silame, intitulada “Condicionantes políticos no sucesso legislativo dos governadores brasileiros: uma análise comparativa qualitativa (QCA)”. A pesquisa verifica quais são as condições políticas e contextuais que possibilitam aos governadores brasileiros obterem resultados satisfatórios na condução da sua agenda legislativa. Os principais resultados indicam que o tamanho da oposição é condição necessária para o sucesso legislativo e que o êxito na condução de sua agenda ocorreu em 60% dos casos em assembleias sem oposição e com baixa fragmentação.

O estudo de Paula Andressa de Oliveira e Michele Goulart Massuchin tem como título “Quando legislativos municipais fornecem espaço para conversação *online*: um estudo dos

comentários das *lives* das sessões parlamentares no *Facebook*". As autoras discutem as conversações online em espaços monitorados pelo legislativo municipal durante as *lives* das sessões parlamentares transmitidas pelo *Facebook*, tendo como recorte cinco municípios paranaenses: Laranjeiras do Sul, Araucária, Cascavel, Maringá e Curitiba, totalizando uma análise empírica de 305 comentários. Os resultados indicam uma conversação com grau considerável de informação, envolvimento com os temas das *lives* e baixos resquícios de radicalização.

O oitavo *paper* do dossiê é assinado por Thais Cavalcante Martins e Maria Teresa Miceli Kerbauy sob o título "Instituições informais, emendas parlamentares e processo legislativo na Câmara Municipal: lições do caso de São Carlos-SP". O estudo analisa as emendas parlamentares municipais, que são uma regra informal com incidência sobre o comportamento dos vereadores e o processo legislativo. Dentre os principais resultados destaca-se que 42 entidades passaram a ter a possibilidade de ser assistidas formalmente por uma regra institucional não oficial no período investigado.

De autoria de Edmilson Santos dos Santos e Alessandra Dias Mendes, a nona contribuição é "Interesses, agenda e o esporte na Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Câmara Municipal de São Paulo". O estudo examina o conteúdo e os atores envolvidos na pauta das reuniões ordinárias desta comissão permanente na legislatura 2013/2016. Os dados revelam aspectos importantes como: inexistência de expertise esportiva para a maioria dos proponentes, privilégio do esporte-participação e de projetos que ampliam o gasto público e as políticas de forma a atender demandas e públicos específicos.

O décimo texto deste dossiê, "Câmaras municipais e disputas por cargos na Primeira República", é assinado por Guilherme Farias Florentino. No artigo, o autor analisa as disputas judiciais por cargos nas Câmaras Municipais ocorridas durante a Primeira República, à luz das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As conclusões mostram que, embora a atuação do STF tenha sido, marcadamente, casuística, o Tribunal desenvolveu critérios específicos, e, ao final, restritivos, para a apreciação do mérito das ações nesse contexto.

Por fim, temos o artigo de Antonio Teixeira de Barros e Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt: "Percepções sociais sobre a Câmara Legislativa do Distrito Federal: imagem pública, confiança política e poder local". A partir de um *survey* aplicado em 2018 com 572 cidadãos residentes no DF, o estudo conclui que a percepção dos informantes é muito negativa em relação aos três aspectos analisados. A imagem pública é considerada ruim e péssima (89,16%); o nível de confiança política na instituição é baixo e muito baixo (94,06%); e o interesse pela política distrital também é baixo e muito baixo (83,22%).

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. **Eleições municipais 2008**: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro. Editora UNIJUÍ, 2009. BARROS, Antônio; BITTENCOURT, Fernando. Percepções sociais sobre a Câmara Legislativa do Distrito Federal: imagem pública, confiança política e poder local. *E-Legis*, Brasília, v. 14, n.35, maio/ago, p. 238-268, 2021.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

BARROS, Antonio Teixeira de. Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 3, p. 849-886, 2018.

BARROS, Antonio Teixeira de; SILVA, Lucas. O poder legislativo como objeto de estudo da ciência política em periódicos brasileiros. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, 2020 (no prelo).

LIMONGI, Fernando. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. **BIB** - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 37, p. 3-38, 1995.

LOPEZ, Felix e ALMEIDA, Acir. Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local. **Revista de Sociologia e Política**, v.25, n.62, p.157-181, 2017.

SANTOS, Manoel. Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro no Período 1994-2005. **BIB** – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 62, p.1-31, 2008.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.13-32, 2002.